



PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
CONSELHO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RJ

ATA Nº 105

**CENTÉSIMA QUINTA REUNIÃO DO CONSELHO DE RECURSO DO
SEGURO SOCIAL DE PORTO ALEGRE E JURISDIÇÃO**

DATA: 27 de setembro de 2016, às 9h30min

LOCAL: Gabinete da Gerência-Executiva do INSS em Porto Alegre – Rua
Jerônimo Coelho nº 127 – 10º andar – sala 1012 – Porto Alegre/RS

I – Presenças

Representação do Governo/INSS:

- Haidson Pedro Brizola da Silva – Presidente
- Patrícia de Almeida Zanini - GEX INSS Porto Alegre
- Ivan Tesch da Silveira– GEX INSS Porto Alegre
- Eduardo de Moura Minuzzi – Procuradoria Federal Especializada

Secretária/INSS:

- Maria José Alves Machado

Representantes da Sociedade:

- Carlos Pinheiro - FETAPERGS
- Franklin Castronovo de Carvalho – ASSOCIAÇÃO DOS FERROVIÁRIOS
- Alfredo Elenar Gonçalves – CUT
- Mário José Dias dos Reis - CUT
- Luiz Francisco Bossle da Costa – SINDUSCON
- Tatiane Silva - FECOMÉRCIO

Convidados:

Maria Salette Falleiro de Paula – COMSOC/RS

II – Abertura

O presidente do conselho abriu a reunião, cumprimentou os convidados e comunicou que não recebeu sugestão de pauta.

III – Ordem do dia: apresentação

Assuntos Gerais

O presidente submeteu a Ata nº 104, de 16/08/2016, para aprovação. Aprovada, comunica que participou de dois eventos na semana anterior.

O primeiro, foi a reunião com o Presidente do INSS, Leonardo Gadelha. Na ocasião ele apresentou aos servidores e gestores, o Projeto intitulado INSS - 360°, explanou as perspectivas e, também, escutou os servidores, esclarecendo que ele tem como foco as 3 áreas mais preocupantes: 1 - redução do número de servidores, 1/3 destes, já implementaram as condições para a aposentadoria, visto que provavelmente muitos estarão aposentados até 2019 e nos próximos anos não há previsão de concursos públicos para o instituto; 2 - estrutura física e condições de trabalho precários em muitos lugares devido à ocupação de prédios antigos e restrição orçamentária. Acrescentou que Tubarão sediou o evento em função da sua precariedade sendo, portanto, escolhida para a aplicação do projeto. Foi discutido o modelo atual e concluíram que as Regionais Sul e São Paulo são as mais equilibradas; 3 - estrutura regimental do MDS - Ministério do Desenvolvimento Social, o CFAI - Centro de Formação e Aperfeiçoamento do INSS, continua vinculado ao INSS. Esse foi o segundo encontro com o Presidente, o primeiro foi em Brasília a 30 dias e sua idéia é continuar a realizar essas reuniões no sentido de escutar quem está na ponta, esclarecendo que esse projeto será apresentado às 5 regiões do país.

O segundo, foi a posse da Superintendente da Região Sul, Káthia Maria Moreira Braga. Na ocasião, em 22/09 também foi comemorado o Dia de Luta pela Previdência Social, o presidente estava em Criciúma e recebeu os movimentos sindicais e entidades sociais para ouvir suas reivindicações. Os gestores acompanharam o presidente nesse encontro.

O representante da CUT comentou que uma das maiores preocupações das pessoas que os procuram é com a relação à reforma da Previdência, pois eles têm receio que após serem submetidos às avaliações dos peritos médicos, poderão cessar os seus benefícios. Acrescenta que considera a forma de avaliação pericial muito ruim e, que o perito médico não examina adequadamente o segurado, dando como exemplo, o caso de uma segurada com câncer que estava em auxílio-doença e recebeu alta, a empresa onde trabalha não aceitou seu retorno. Ressaltou que se o segurado está muito tempo afastado de suas atividades laborais, como poderá retornar a mesma atividade? Deveria ser reabilitado para outra profissão.

Outro aspecto abordado é que os peritos não examinam os segurados e gostariam de saber se essas perícias pagas serão priorizadas em detrimento das demais?

O presidente explica que a revisão de benefícios é obrigação legal do INSS, a lei prevê que ocorram no mínimo de 2 em 2 anos. Aqui no sul, muitas vezes priorizamos a perícia inicial em razão da ACP - Ação Civil Pública. O requerimento inicial está muito próximo dos 45 dias.

O RS e SP em números absolutos, têm a mesma demanda em função da atuação dos órgãos da justiça. Os peritos não ganharão por cessação de benefício e sim por perícia. Nós sempre priorizamos o exame pericial inicial.

A chefe do SERAT - Serviço de Atendimento acrescentou que: na Gerência ainda não temos a definição da disponibilidade dos peritos para dimensionar o trabalho, 49 peritos médicos se inscreveram para participar do programa de revisão de benefícios por incapacidade e explica que este tipo de serviço de perícia será adicional, uma bonificação a mais para fazer um trabalho extra, uma carga adicional, além das perícias habituais, a jornada não foi reduzida, mas adicionada para realização dessas revisões. No primeiro momento serão revistos os auxílios-doença e aposentadorias por invalidez com base nos critérios da menor idade e mais tempo de manutenção de benefício. A maior parte dos benefícios selecionados são os concedidos judicialmente sem limite da incapacidade laborativa. Em Porto Alegre desde 2010 a revisão já estava sendo realizada e no âmbito da Gerência, as perícias médicas são realizadas com menos de 45 dias de espera. Sugeriu aos representantes da sociedade que transmitam aos trabalhadores que quando eles encaminham na via judicial devem dar continuidade ao tratamento médico e estarem conscientes que o afastamento do trabalho é para tratar-se e que deverão apresentar os comprovantes desse acompanhamento. Irão receber uma carta para atualizar os dados cadastrais básicos (nome, endereço, número do benefício) através dos serviços: 135 e site do INSS.

O presidente disse que ainda não foi estruturado este trabalho em mutirão por vários motivos, tais como: disponibilidade dos servidores administrativo em finais de semana.

Ponderou que desde a greve do ano passado que impactou muito os serviços previdenciários, atingindo o tempo médio de espera. A CTC - Certidão de Tempo de Contribuição e a indenização também serão impactadas. Nós trabalhamos com planejamento - Plano de Ação. O serviço de perícia médica hoje é realizado em menos de 45 dias, mas com o anúncio da reforma previdenciária passamos a receber muitos requerimentos de aposentadorias e a concessão desse serviço é mais complexa. Benefícios como: salário maternidade e pensão por morte, que são benefícios não programados, são priorizados.

O representante da FETAPERGS disse que: da forma que foi veiculada a revisão dos benefícios na imprensa, " caiu mal " para a sociedade.

O representante do Associação dos Ferroviários reclamou do tempo que demora a concessão da pensão por morte, em torno de 106 dias, diz considerar uma falta de sensibilidade de quem atende.

A chefe do SERAT explicou a demora e o tempo de espera.

O representante da CUT falou sobre os benefícios judiciais; ponderou que os municípios industrializados causam mais adoecimento; ressaltou que o servidor público é penalizado a cada mudança de governo, pois é necessária uma

capacidade de adaptação muito grande; acrescentou que o Sindicato dos Metalúrgicos está sempre muito atento às questões de saúde e que orienta seus associados para seguir o acompanhamento médico e apresentar laudos atualizados, comprovantes de internação e outros.

O representante da FETAPERGS e Associação dos Rodoviários Aposentados disse que essa categoria tem um número elevado de aposentados por problemas de coluna e mentais, que são mais difíceis de comprovar.

O presidente informou que mantemos um número elevado de benefícios por doenças ortopédicas e por CID F, concordamos que são mais difíceis de ser detectadas mas não é orientação do INSS dificultar. Podemos provar com dados estatísticos e acrescentou que na próxima reunião trará esses dados. Explica que o BPC - Benefício Assistencial é o mais impactado e o que mais demora a ser concedido, pois o INSS mantém um número e tipos de benefícios bem amplos.

A representante da sociedade na Junta de Recursos explicou que na análise dos processos sempre vislumbram uma chance de conceder o benefício.

O presidente disse que a Medida Provisória nº 739, de 07/07/16 antes de ser publicada passou pelo Congresso e acrescenta que na prática nenhum perito recebeu por nenhuma perícia adicional ainda, e complementa que a sociedade deve reivindicar junto aos seus representantes. Informa também, que a Junta de Recurso não é subordinada ao INSS. Antes sempre contou com o trabalho dos médicos e que, atualmente, é composta por assistentes técnicos e assistentes da sociedade.

O chefe da Divisão de Benefícios explicou a estrutura do Recurso Administrativo, que este é analisado em 02 instâncias, é bipartite. O processo eletrônico agilizou a tramitação, sendo mais rápido que a Justiça Federal.

O presidente comentou que esses assuntos voltarão a ser debatidos nas próximas reuniões, pois são recorrente e todos estamos empenhados com a melhoria dos serviços. Sugeriu que a CUT faça uma moção e encaminhe à secretária do Conselho para ser distribuída aos conselheiros e debatida nos próximos encontros, também que convidássemos a presidente da 18ª Junta de Recursos para participar da próxima reunião ou outra.

Concluiu que esse encontro foi mais uma oportunidade de troca de informações e encaminhamento de sugestões para a melhoria dos serviços. Comunicou que a próxima reunião será dia 18/10 e solicitou aos conselheiros que sugiram a pauta.

IV – Considerações Finais

Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a participação dos Conselheiros presentes e declarou encerrada a centésima quinta reunião do

Conselho de Recurso do Seguro Social em Porto Alegre, na qual, eu, Maria José Alves Machado, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelo Presidente.

Porto Alegre, 27 de setembro de 2016.

Haidson Pedro Brizola da Silva – Presidente

Maria José Alves Machado – Secretária